



Entre (Sem) Terras e Fronteiras: o Diálogo como Tática do Movimento¹

Camila Chaves FERREIRA²
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

Resumo

Diante da crítica sobre a incapacidade da dialogar da esquerda, sobretudo, dos movimentos sociais, este artigo consiste em uma reflexão teórica sobre a utilização do diálogo como tática do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de inserção em setores distintos da sociedade, e como esta tem possibilitado o fortalecimento de alianças e a ampliação de uma rede de atuação com outros sujeitos sociais que defendem sua bandeira prioritária: a reforma agrária. Neste sentido, propõe-se pensar a terra tanto como um objeto de disputas, como o palco onde acontecem as contestações e negociações das identidades, logo, como um elemento mobilizador em um processo com vistas à transformação social.

Palavras-chave: Diálogo; Espaço; Identidades culturais; Mobilização Social; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

1 – Introdução

Uma das críticas feitas à esquerda brasileira e, sobretudo, aos movimentos sociais, refere-se a uma suposta falta da capacidade de dialogar diante das diferenças. Assim, fala-se de ações ou de excessos que poderiam ter sido evitados e, principalmente do sentimento de repulsa causado por tais ações e excessos aos olhos de uma sociedade da Pós-Modernidade composta por indivíduos e identidades a cada dia mais fragmentadas.

A origem desta defesa talvez se dê pelo fato de que historicamente estes setores, além de terem estabelecido o debate de temáticas que desafiam o senso comum, sendo alvos de constantes tentativas de silenciamento, também optaram, em determinados momentos, por realizar um debate e uma prática que priorizassem a dimensão econômica, dividindo a sociedade em classes, entre burgueses e proletariados somente,

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 15 a 17 de junho de 2011.

² Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), email: camila.chaves@yahoo.com.br.



fazendo assim com que as relações e diferenças sociais geradoras de constantes lutas simbólicas, fossem ignoradas (BOURDIEU, 1998).

Bakhtin (apud AMORIM 2001, p.143) afirma que a natureza social da visão de mundo dos indivíduos não se define exclusivamente por uma relação de classes, mas que é própria a cada grupo social que pode conter especificidades tanto de classe, como as de profissão ou geração. Para o autor, estas visões trazem um ponto de vista construído em um lugar que, assim como pode ser uma classe, pode ser também um tempo.

Porém, não se pode deixar de considerar que nas transformações ocorridas ao longo da história, sobretudo no final do século XX, fatores econômicos tais como a revolução no modo de produção, atrelado às mudanças estruturais na sociedade, foram os principais responsáveis pela fragmentação das paisagens culturais gerando uma grande incerteza, uma vez que agora, todas as coisas que até então eram tidas como sólidas, viam-se desmanchar (MARX e ENGELS apud HALL, 1998).

A velocidade das mudanças nas sociedades da modernidade leva não somente à reformulação dos conceitos de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, como é geradora de conflitos, uma vez que seus indivíduos passam a ser formados por identidades fragmentadas, distintas e por vezes conflitantes entre si. A diferença torna-se então característica destas sociedades que, embora diferentes, possuem elementos passíveis de articulação (LACLAU apud HALL, 1998).

Assim, em uma sociedade composta por indivíduos cujos modos de se projetar em suas próprias identidades tornaram-se provisórios, a tarefa de mobilizar para questões mais gerais figura como grande desafio aos movimentos sociais. É então por esse motivo que, tal como propõe Bourdieu (1998, p.28), mais que pensar grupos, indivíduos, torna-se necessário pensar relações, uma vez que está nas interações a possibilidade de construção de uma identidade nova, uma alteridade que negue outras identidades, para que se possa então pensar, a partir das relações, o outro e sua totalidade.

2 – O MST e a negociação das identidades



Chão, piso ou palco das mais variadas manifestações, a terra é elemento presente na história do homem e de sua organização em sociedade. Entendida como natureza, constitui-se fonte da vida e dos valores de uso. Transformada pelo trabalho, pode ser geradora de riqueza e cultura. Historicamente, a terra está sob poder de uma minoria que dela se beneficia por meio da exploração daquelas e daqueles que nada mais têm que sua própria força de trabalho, estando, portanto, nas mãos de poucos, toda condição material e de produção, o que faz dela um objeto de disputas (MARX, 2009).

Neste sentido, falar da terra como objeto de disputas é mais que falar da democratização do acesso e das condições de produção. É falar da concentração de renda, da possibilidade de erradicação da pobreza, da necessidade de reforma agrária no país e, principalmente, do jogo de interesses que orientam tais disputas. Por isso, não se pode deter-se às questões físicas e eximir do debate os elementos históricos, econômicos e políticos que o cercam.

Os primeiros movimentos camponeses messiânicos datam do final do século XIX e início do século XX. Esses movimentos tinham em comum a luta pela terra que, entre 1950 e 1964 começa a ser caracterizada pela sua organização e caráter de classe. O MST, por sua vez, Movimento atualmente presente em vinte e quatro estados e cinco regiões do país, além de ser considerado o responsável pela conquista da terra de cerca de 350 mil famílias, surge em 1984, lançando as ocupações como uma das mais eficientes e legítimas formas de pressão ao Estado para a desapropriação de terras e sua consequente distribuição.

A terra, neste contexto, funciona como um dos critérios ditos objetivos que, para Bourdieu

são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento: eles designam as características em que pode firmar-se a ação simbólica de mobilização para produzir a unidade real ou a crença na unidade (tanto no seio do próprio grupo como nos outros grupos), que - a prazo, e em particular por intermédio das ações de imposição e de inculcação da identidade legítima (como as que a escola e o exercício exercem) - tende a gerar a unidade real (BOURDIEU, 1998, p. 120).

Nos estudos sobre identidade, Hall (1998) definiu três concepções de sujeito bastante distintas entre si. O primeiro, o “sujeito do Iluminismo”, tem como características representativas a centralidade, a unificação, a racionalidade e o



individualismo; o segundo, o “sujeito sociológico”, caracteriza-se pela sua falta de autonomia ou autossuficiência e é formado na relação com outras pessoas; e por fim, o “sujeito pós-moderno”, aquele de quem se falou até o momento, sem identidade fixa, mas formada por várias outras contraditórias entre si e que o empurra em diferentes direções.

É com base na concepção do sujeito sociológico que se pode compreender como a organização do MST tem grande importância nas disputas pela construção de um novo sujeito, uma nova identidade pautada nos seus ideais. Os espaços organizados figuram como o palco das interações, o lugar dos encontros e da identificação. Sobre este processo, tem-se que:

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença (HALL, 1998, p.21).

Uma vez que as identidades são entendidas como objeto de disputas, torna-se evidente ressaltar seu caráter passível de transformação e principalmente localizá-las como uma ação de produção, como parte de um processo de construção social que possui estreitas conexões com as relações de poder, e não como meros elementos passivos da cultura. Para Silva (2000), todas essas características atribuídas à identidade devem ser também aplicadas à diferença, ao passo que esta não pode ser tratada separadamente daquela.

De acordo com Silva (2000, p.74), identidade e diferença não podem ser reduzidas a uma concepção meramente positiva, erro passível de ocorrer ao se definir a identidade como aquilo que se é, aquilo que se afirma ser, e a diferença como aquilo que o outro é ou tal como o outro se afirma, esquecendo-se que, tanto a identidade como a diferença são, ao mesmo tempo afirmação e negação. Se se afirma como brasileiro, se nega como estrangeiro. Se se afirma como mulher, se nega como homem. Se se afirma como negro, se nega como branco (HALL, 1998).

A diferença, o estranhamento, o incômodo, são condições para que o conhecimento seja construído, porém como afirma Amorim (2001, p.62), “a hegemonia visa a interditar a ocorrência e o diferendo” e a interdição é, segundo Foucault (1996,



p.10), ao lado da separação e da rejeição, um dos princípios da exclusão social. Se o outro é impedido de produzir sentido, se sua produção é separada, é impedida de circular ou, como acontece nas sociedades atuais, sua voz é ignorada, a construção do conhecimento se vê impedida.

Do encontro e de seu fracasso, do diálogo e do equívoco, se tece a produção de conhecimentos em Ciências Humanas. Conhecimento que se constrói portanto no paradoxo e na vertigem, pois sua possibilidade é alternativamente negada e afirmada (AMORIM, 2001, p.32).

A condição para que o encontro ocorra está na diferença e no encontrar está a possibilidade de descoberta do outro, por isso, a importância de dar ênfase a este elemento, ideia expressa por Amorim (2001, p.62) ao afirmar que “fazer justiça ao diferendo é instituir novos destinatários, novos destinadores, novas significações, novos referentes, para que a injustiça encontre como se exprimir e que o reclame cesse de ser vítima”.

Neste jogo, falar do outro está além de percebê-lo como a afirmação ou negação de uma identidade, pois a ele não cabe somente a condição de ir ao mesmo rumo ou de se opor a uma identidade pré-estabelecida. É preciso compreender que o outro também produz sentidos. Por isso, como se trata de uma comunicação em constante movimento, como afirma Amorim (2001, p.16-17), buscar os destinatários é também buscar as instâncias criadoras.

Uma vez percebida a importância e o lugar ocupado pelo outro nas relações construídas dialogicamente, trabalhar com o conceito de alteridade em lugar de identidade torna-se mais oportuno. Amorim (2001), com base nas análises das teorias de Bakhtin e outros autores, caracteriza a alteridade como oposição pura e simples da identidade, como o caráter ou a qualidade do que é outro. Esta relação entre identidade, alteridade e a importância do outro e das interações é também expressa em Iasi ao afirmar que:

Os valores são mediatizados por pessoas que servem de veículo de valores, são modelos. Não se trata da identificação com “a sociedade”, “as relações capitalistas” ou as ideias; são as relações de identidade com os outros seres humanos, seus modelos, que a pessoa em formação assume valores dos outros como sendo seus” (IASI, 2007, p.24).



Amorim (2001, p.18) afirma que o que permite a expressão da alteridade é o “descontínuo, o intervalo, a exotopia e a disseminação”. Nesta relação de não proximidade, o outro é posto como enigma e o encontro com ele pode horrorizar, embriagar ou levar a transposição de limites. Tais características estariam representadas pelas figuras mitológicas de Górgona, Dionísio e Artêmis, respectivamente (VERNANT apud AMORIM 2001, p.51).

Segundo Vernant (apud AMORIM 2001), em Górgona, a deusa com cabelos de serpente capaz de petrificar aqueles que cruzassem seu olhar, está a representação do horror, do caos, do indizível e do impensável diante daquilo que é absolutamente outro, é a alteridade radical; em Dionísio, deus do vinho e entre os deuses o único filho de um mortal, está o duplo caráter do que é ao mesmo tempo outro e familiar, a possibilidade de tornar-se o outro diferente do que se é naturalmente, é a alteridade próxima; e em Ártemis, deusa das fronteiras entre o longínquo e o próximo, está a capacidade de integrar o que é outro, tornando-o parte do mesmo.

Sobre a última figura, Vernant (apud AMORIM 2001, p.53) afirma que “por intermédio dessa Ártemis estrangeira, portadora de alteridade, adotando-a como sua, a polis grega, a partir do Outro, com o Outro, constitui o seu Mesmo”. Mais adiante, Amorim (2001, p.55) completa afirmando que “através dela, o Outro se coloca como componente do mesmo, como condição da identidade a si próprio”. É a partir da figura desta deusa que se podem analisar as táticas de movimentos como o dos Sem Terra que, na diferença, agregam o outro e têm nele o elemento fundamental para a construção de uma identidade nova.

Faz-se necessário ressaltar que a integração do outro a uma vida comum compartilhada por um grupo não significa por fim à diferença, condição para a construção do novo, mesmo porque sem ela, o outro não pode ser percebido. Ao afirmar que “Ártemis faz com que as fronteiras entre o selvagem e o civilizado sejam permeáveis, mas que permaneçam distintas”, Amorim (2001, p.54) reafirma o quanto importante é o diferendo e por isso a necessidade de sua manutenção.

Pode-se dizer que, o que fazem os movimentos sociais de diferentes setores ao organizar uma pauta comum de reivindicações, não é esquecer suas especificidades, suas questões mais imediatas, mas reconhecer a importância do outro na difícil tarefa de



transformar as relações sociais e conseqüentemente a sociedade. Neste cenário, o diálogo figura como ferramenta de integração do outro mostrando-lhe que as diferenças e as especificidades da organização que ela ou ele compõe, têm papel importante em uma atuação articulada em rede.

Assim, ao incorporar às suas linhas políticas e de atuação os debates sobre cultura, combate à violência sexista, democratização da comunicação, saúde pública, desenvolvimento justo e solidário da economia, diversidade étnica, participação no sistema político e soberania nacional e popular, o MST tanto reconhece que há necessidade de avançar nestas questões para que a tão almejada reforma agrária seja enfim conquistada, como vê como aliados aquelas e aqueles que têm estas pautas como prioridade.

3 – A tática expressa nos modos de comunicar

A disputa pelo outro evidencia-se nos modos como são organizadas as práticas discursivas. Em se tratando especificamente da comunicação rural, Araújo (2000, p.45) afirma que tais práticas compõem um cenário formado basicamente pela comunicação para o desenvolvimento e a educação popular, tipos de intervenção social presentes tanto nos discursos como nas ações daqueles que as produzem. Para definir estas intervenções, a autora completa:

Sem entrar no mérito ideológico das definições, “ações de desenvolvimento” serão entendidas aqui como aquelas que objetivam promover a melhoria da qualidade de vida da população; por “educação popular” compreender-se-á as ações que visam aos processos educativos da população no sentido da sua promoção como seres humanos e como atores políticos (ARAÚJO, 2000, p.45).

No cenário da comunicação rural, Araújo (2000, p.46) destaca a existência de núcleos de produção ou execução de políticas sociais ou públicas e conseqüentemente de práticas discursivas com objetivos e ações distintas. Entre eles destaca as organizações governamentais, as religiosas, as universidades, as organizações privadas de promoção social ou organizações não-governamentais e as organizações representativas da população. O MST, assim como os sindicatos e as associações, estaria localizado neste último núcleo.



Para Araújo (2000, p.80), uma das principais características destes núcleos é o intenso diálogo com sua base, o que tem lhes levado a repensar suas práticas discursivas, uma vez que estas atuam como forma de viabilizar seus objetivos. A este exemplo está o redimensionamento da comunicação realizada pelo MST que, para a autora, viveu uma significativa fase de transição que incluiu a mudança de pressupostos comunicativos, ou mesmo de suas funções.

No princípio, a comunicação desenvolvida pelo Movimento atendia basicamente às funções de mobilização, por meio da elaboração de cartazes, panfletos e folhetos, e de fonte alternativa de informação à grande imprensa, com o Jornal dos Sem-Terra. Após o repensar de suas atividades comunicativas, as novas funções atribuídas a elas passaram a ser o apoio ao processo de organização e capacitação de assentadas e assentados e a divulgação do movimento a outros segmentos da sociedade, com vistas à construção de alianças (ARAÚJO, 2000, p.80).

Atualmente, além das ferramentas citadas, o MST conta com a produção de cartilhas, programas de rádio e da publicação bimestral da “Revista Sem Terra”, além do boletim eletrônico “Informativo Letra Viva” e sua página na *internet* que dispõe informações sobre o Movimento e suas linhas de atuação, e disponibiliza notícias, entrevistas, poemas, poesias, artigos, textos, livros, vídeos, filmes e produtos por meio de uma biblioteca, videoteca e loja virtuais.

Para Henriques (2007, p.20), para que as pessoas possam “sentir-se como parte do movimento e abraçar verdadeiramente a sua causa”, a comunicação planejada estrategicamente precisa ser geradora e mantenedora de vínculos a serem fortalecidos pela interação. Esta figura como estratégia capaz de gerar proximidade entre os indivíduos e possibilitar maior coesão nas ações, para que sejam desenvolvidas de forma articulada, podendo ser geradoras de representatividade e do sentimento de co-responsabilidade.

Assim, coloca-se como necessário que um projeto de mobilização permita o desencadeamento de ações concretas de cooperação e colaboração, onde os cidadãos se sintam efetivamente envolvidos no problema que se quer resolver e compartilhem a responsabilidade pela sua solução. Isso significa dizer que a comunicação deve ser planejada para estimular a participação destes públicos, devendo estar orientada pelo sentimento de co-responsabilidade (HENRIQUES, 2007, p.21).



Entende-se que no processo de mobilização social a geração e manutenção de vínculos dos públicos com o movimento figura como função básica da Comunicação, articulada às outras funções, como a difusão de informações, promoção da coletivização, registro da memória e fornecimento de elementos de identificação com a causa e o projeto. Em se tratando deste processo, há também a necessidade que a comunicação parta de uma proposta ética, apresentando-se como educativa, dialógica e libertadora (HENRIQUES, 2007, p.25).

Neste processo comunicativo, caracterizado pela democracia e possibilidade de participação, entra em jogo o papel do outro, onde falar dele está para além de percebê-lo como a afirmação ou negação de uma identidade, pois a ele não cabe somente a condição de ir ao mesmo rumo ou de se opor a uma identidade pré-estabelecida. É preciso, pois que o outro seja compreendido também como produtor de sentidos, entendendo que buscar os destinatários é buscar as instâncias criadoras, tal como propõe Amorim (2001, p.16-17).

Esta concepção se expressa, por exemplo, em espaços sob coordenação do MST, como são os assentamentos. Nestes, a organização se dá de forma democrática e de modo a permitir a participação de todos os moradores na tomada de decisões. E a participação, uma vez entendida não como algo dado, mas reivindicado, é construída cotidianamente na divisão e distribuição das tarefas, capacitação de novos elementos e estímulo à atuação daqueles que fazem o dia-a-dia do Movimento.

Nesta busca por trocas e, sobretudo, estabelecimento de processos de identificação e diferenciação, a linguagem é outro elemento definidor. Se por um lado, tal como afirma Benveniste (apud AMORIM, 2001, p.102) é nela e por ela que o homem se constitui como sujeito, é o meio de expressão do modo como se quer ser visto, por outro, ela é também uma forma de expressão do que os outros querem ver, ideia esta confirmada em Descobes (apud AMORIM, 2001, p.113) ao afirmar que “uma linguagem precede os indivíduos e sustenta a comunidade, ela permite a cada um de contar o que está acontecendo com ele, não da maneira como isto aconteceu, mas da maneira pela qual os outros podem entendê-lo”.

Bourdieu (1998), por sua vez, define a língua, assim como o mito, a arte, a ciência e a religião como instrumento de conhecimento e formadores de um sistema simbólico que podem ser tanto os organizadores dos modos de perceber e classificar o



mundo, e assim denominados de estruturas estruturantes, como construções organizadas para que tais classificações sejam feitas, e assim, estruturas estruturadas, duplicidade esta que é reveladora do conflito originado pela interação.

Já a polifonia, ou dialogismo, “é um conceito bakhtiniano que permite examinar a questão da alteridade enquanto presença de um outro discurso no interior do discurso” (AMORIM, 2001, p.107). Se se entende que um discurso é repleto de outros discursos e consideram-se as místicas, as palavras de ordem, as reuniões, entre outros elementos, como formas discursivas tecidas por várias vozes no interior de movimentos como o MST, tem-se que uma característica dessas organizações é o dialogismo.

Amorim (2001) trabalha o dialogismo em negativo uma vez que considera necessárias as distinções dos conceitos de: diálogo, porque nele há a exigência da presença real e física de dois locutores e dois enunciados, quando o dialogismo pede apenas a presença de duas ou mais vozes no interior de um mesmo enunciado; retórica, porque nela há a representação formal da oposição das vozes, quando o dialogismo é construído sobre discordâncias; e da dialética, porque esta pressupõe um outro e não o seu oposto, quando no dialogismo fala-se do outro que interage com vozes diferentes em sua coexistência.

Bakhtin (1997, p.256) afirma que “em toda parte um determinado conjunto de ideias, pensamentos e palavras passa por várias vozes imiscíveis, soando em cada uma de modo diferente” e, ao analisar os problemas da poética de Dostoievski, reforça a importância do diálogo e da interação entre os indivíduos para que as descobertas aconteçam. Esta ideia se vê reforçada em Amorim (2001, p.28) que define a arte dialógica como aquela capaz de confrontar, dar voz e presença ao que se tenta esconder na maioria das vezes, o outro e as vozes por ele produzidas.

4 – Considerações finais

Mais que entender o MST como um sujeito que compreende a terra como um objeto em disputa, faz-se necessário pensar sua relação com a terra tendo esta como um palco onde as disputas acontecem, pois é nela que se estabelece tanto a luta pelo espaço, como pela definição das identidades e pelas representações. É a partir da terra que o mundo é revisto e são ajustadas as interpretações sobre ele.



Assim, na terra são semeados os valores e construídas as bases materiais para que as novas relações possam ser estabelecidas. Em espaços como assentamentos do MST, por exemplo, isso se expressa no modo como são organizadas as atividades e os espaços de decisão, uma vez que são dados de modo a tornar possível o aprendizado e estimular a participação, exercitar o fazer-se sujeito do processo de transformação.

Neste cenário, o diálogo figura como elemento fundamental no processo de identificação entre sujeitos que compõem as novas relações, estando também na diferença a condição para que o encontro ocorra, para a construção do novo conhecimento ou da nova identidade. Diferença e identidade, por sua vez, são aqui entendidas não como questões naturais, mas elementos socialmente construídos, o que faz reforçar a necessidade de compreensão do funcionamento da sociedade para que se entenda como são construídas a todo instante as relações.

É a partir da percepção do outro e da capacidade de dialogar que a construção de um novo sujeito é tornada possível. Assim, cabe dizer que o que fazem movimentos como o dos Sem Terra ao incorporar à sua pauta questões tidas como específicas a outros movimentos ou mesmo compreendida por muitos como não relacionadas à sua principal reivindicação, é dialogar com outros setores com vistas à formação de alianças.

Por fim, cabe dizer que não é possível fazer com que os estudos sobre movimentos sociais como o MST e seus modos de se representar atinjam uma forma acabada, uma vez que estes são organismos tecidos pela pluralidade de vozes dos indivíduos que lhes integram, e que por isso se encontram em constante transformação. Assim, compreender a importância das mídias e, principalmente, das interações e mediações proporcionadas por estas no interior das relações estabelecidas nesses movimentos é, como aponta Bakhtin, a condição para o entendimento dos próprios indivíduos que a compõem.



Referências

AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas** / Marília Amorim. -- São Paulo : Musa Editora, 2001.

ARAÚJO, Inesita. Comunicação rural: o que se faz, o que se pensa. In: _____. **A reconversão do olhar** - São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch, 1885-1975. Diálogo em Dostoiévski. In: _____. **Problemas da Poética de Dostoiévski** / Mikhail Bakhtin. tradução de Paulo Bezerra. -- 2.ed. -- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BOGO, Ademar. Valores de um lutador do povo. In: **Valores de uma prática militante**, São Paulo, Consulta Popular, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 1998. 2ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio São Paulo-SP, Edições Loyola, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** / Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro - 2.ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HENRIQUES, Márcio Simeone (org). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. - 2. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação** / Mauro Luis Iasi -1.ed. -- São Paulo : Expressão Popular, 2007.

MARX, Karl, 1818-1883. **Manifesto do partido comunista** / Karl Marx / c/ Friedrich Engels; tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. -- Porto Alegre: L&PM, 2009.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. Editora Hucitec. São Paulo, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p.73-102: A produção social da identidade e da diferença.